

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

29 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Despacho n.º 16 209/2006

1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 10 dias, com início em 15 de Julho de 2006, a comissão do sargento-ajudante INF 010277881, Luís Manuel dos Santos Margaça, no desempenho das funções de assessor técnico do projecto n.º 3, «Componente terrestre das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

29 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Despacho (extracto) n.º 16 210/2006

Por despacho de 24 de Maio de 2006 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi autorizada a rescisão do respectivo contrato a Luís Manuel Lima Migueis Vasconcelos, operário do nível 4, com efeitos a partir de 19 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 16 211/2006

Por despacho de 25 de Junho de 2006 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi exonerada, a seu pedido, Maria da Conceição Pires Silveiro Grancho, educadora de infância do nível 1, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 212/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeada subdirectora-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, a licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes, possuidora de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota biográfica

1 — Dados pessoais:

Nome — Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 20 de Maio de 1956;
Estado civil — casada.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1985.

3 — Situação profissional actual:

Directora dos Serviços Financeiros e Patrimoniais na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

4 — Actividade profissional:

Desde 19 de Agosto de 1998, directora dos Serviços Financeiros e Patrimoniais na Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), do Ministério do Equipamento Social (MES), do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPHT) e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC);

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, nomeada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Abril de 2001 (2001-2002);

Chefe da Divisão de Coordenação Orçamental/Divisão de Planeamento e Coordenação Orçamental na Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT) e do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) (1994-1998);

Jurista na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, no Núcleo Técnico de Contas — Apoio Jurídico Financeiro à 1.ª Contadoria Geral de Contas — Domínios de: Fiscalização Prévia, Fiscalização Sucessiva, Parecer sobre a Conta Geral do Estado, Contas de Gerência/Contas de Responsabilidade (1987-1994);

Jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro, área Financeira do Estado (1986-1987);

Funções técnicas na Direcção de Serviços Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro, Sector da Dívida Pública (1981-1986).

5 — Nomeações e representações:

Vogal da comissão de fiscalização do Instituto Tecnológico e Nuclear, nomeada por despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Outubro de 1996, com mandato renovado pelo despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Março de 2000;

Membro (por inerência) do conselho administrativo criado na Secretaria-Geral para a gestão de verbas concedidas pelo Fundo Social Europeu para co-financiamento do PROFAP, nos termos do despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Junho de 1998;

Representante do MEPAT na Comissão EURO do Ministério das Finanças (1999).

6 — Publicações:

2005 — Gabinetes dos membros do Governo, *Guia de Pessoal*, edição da Secretaria-Geral do MOPTC (co-autoria).

Despacho n.º 16 213/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeado subdirector-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, o licenciado Nuno Maria Teles Moniz Côrte-Real, possuidor de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.